

NOVAS PERSPECTIVAS PARA UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SUSTENTÁVEL

A Visão Delas

Em homenagem à Ministra Assusete Magalhães

Coordenadoras
CRISTIANA FORTINI
LÍGIA MELO
RENATA FABRIS



 **ibda**
INSTITUTO BRASILEIRO DE
DIREITO ADMINISTRATIVO

 **ibda**
INSTITUTO BRASILEIRO DE
DIREITO ADMINISTRATIVO

 **IRDA**
INSTITUTO RONDENSE DE
DIREITO ADMINISTRATIVO

 EDITORA ÍTHALA



*O Projeto
“O Direito Administrativo
segundo a Visão Delas”*

O Projeto A Visão Delas reúne professoras e apaixonadas pelo Direito Administrativo, abrindo espaço e revelando novos talentos de todo o país ao mesmo tempo em que se valorizam trajetórias já consagradas e que inspiram tantas gerações.

Inaugurado em 2019, o Projeto A Visão Delas percorre o país, visitando distintas cidades e regiões, dedicando-se em cada edição a explorar um determinado tema que dialoga com o Direito Administrativo. Como fruto adicional dos eventos, são produzidas obras em que se condensam os pensamentos compartilhados e debatidos dentro do evento.

Assim, mais uma vez temos a alegria de oferecer às nossas leitoras e leitores, com grande entusiasmo, a obra que congrega artigos que resultam do Visão Delas 2023, realizado em março do ano citado, na cidade de Porto Velho – RO e dedicado a sublinhar a força e a importância da Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Assusete Magalhães, sempre contribuindo com o Direito Público.

Juntas, nos debruçamos sobre as reformas na Lei de Improbidade, a sustentabilidade dos contratos públicos, serviços de saneamento básico e alguns dos desafios que a nova lei de licitações apresenta.

A obra é um mosaico de olhares femininos sobre o Direito Administrativo do século XXI, cada dia mais desafiante, e a continuação de um projeto compromissado com o equilíbrio da presença feminina em todos os espaços de atuação profissional.

Cristiana Fortini – Presidente do IBDA

Lígia Melo – Vice-presidente do IBDA

Sumário

O NOVO REGIME DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: O QUE MUDA NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/2021?.....	21
---	----

Assusete Magalhães | Grace Anny de Souza Monteiro

1 Introdução.....	21
2 O Direito Administrativo Sancionador na Lei de improbidade administrativa.....	22
3 Repercussões da Lei n. 14.230/2021 na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça.....	25
4 Conclusão	32
Referências.....	34

A VISÃO DELAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SUSTENTÁVEL.....	37
---	----

Maria Sylvia Zanella Di Pietro

1 O tema da sustentabilidade.....	37
2 O vocábulo sustentabilidade no mundo do Direito Administrativo.....	37
3 A entrevista de Carlos Nobre	38
4 Sustentabilidade da alma	38
5 O termo “desenvolvimento sustentável”	38
6 Preocupação com as gerações presentes e futuras	39
7 A obra de Juarez Freitas	39
8 O trabalho do TCU	39
9 Decreto n. 7.746/2012.....	40

10	Objetivos do desenvolvimento sustentável na Administração Pública	40
11	O desenvolvimento sustentável na CF	41
12	O desenvolvimento sustentável na legislação infraconstitucional.....	41
13	Inadequação da expressão Administração Pública sustentável.....	42
14	A proteção do meio ambiente no Artigo 225 da CF.....	42
15	Valores protegidos pelo desenvolvimento sustentável	43
16	Dois exemplos de insustentabilidade da Administração Pública.....	43
17	A situação dos Yanomamis.....	44
18	Situação das pessoas que vivem em zona de risco	45
19	A construção da ponto estaiada em São Paulo.....	45
	Referências.....	46

SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA DAS CIDADES: A UTILIZAÇÃO DE MECANISMOS DE FOMENTO EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	47
---	----

Adriana Ricardo Schier | Lígia Maria Silva Melo de Casimiro

1	Introdução.....	47
2	O saneamento como um desafio ao desenvolvimento nacional sustentável - um problema de ontem e hoje nas cidades.....	48
3	Parcerias da Administração Pública com os particulares no setor de saneamento – seria o fomento uma opção para um amanhã sustentável?	57
4	Controle dos mecanismos de fomento – condição para o alcance do saneamento básico sustentável.....	60
5	Considerações finais.....	65
	Referências.....	66

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL E SEU PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO69

Cândrica Madalena Silva | Débora Honorato de Souza Alves

1	Introdução.....	69
2	Recorte histórico da sustentabilidade.....	70
3	Como definir as compras públicas sustentáveis?	71
	3.1 Dimensões da sustentabilidade	73
4	A evolução legislativa da contratação sustentável na Administração Pública	75
	4.1 Dispositivos constantes na Lei nº 14.133/21.....	79
5	Desafios à implementação das compras públicas sustentáveis	80
6	Conclusão	82
	Referências.....	83

DIMENSÃO SOCIAL DA SUSTENTABILIDADE E O PODER REGULATÓRIO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS85

Daiesse Quênia Jaala Santos Bomfim | Fernanda Cordeiro de Oliveira | Lilian Oliveira de Azevedo Almeida

1	Introdução.....	85
2	Pilares da sustentabilidade.....	88
	2.1 Dimensão ambiental	88
	2.2 Dimensão social	90
	2.3 Dimensão econômica.....	91
	2.4 O caso Braskem	93
3	Sustentabilidade e contratações públicas	94
	3.1 Dimensão social da sustentabilidade e mulheres vítimas de violência doméstica.....	95
	3.2 Contratações públicas e o fomento à equidade de gênero.....	97
	3.3 Projeto de Lei nº 2067/2021	98
4	Considerações finais.....	100
	Referências.....	100

A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E SEUS REFLEXOS:
ALTERAÇÕES RELEVANTES DA NOVA LEI DE IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA103

Ana Maria Barata

1	Introdução.....	103
2	Extinção da modalidade de improbidade culposa.....	104
3	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC.....	108
4	Os novos marcos prescricionais na nova lei.....	115
	4.1 Prescrição geral.....	115
	4.2 Prescrição intercorrente.....	116
5	Conclusões.....	121
	Referências.....	122

O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL: ENTRE O
DEMANDISMO E A RESOLUTIVIDADE EM IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA. UM NOVO OLHAR PARA A ATUAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO..... 123

Tâmera Padoin Marques Marin

1	Introdução.....	123
2	O conceito de ato de improbidade: o foco no administrador desonesto.....	124
3	A discussão envolvendo a vedação de transação e acordos em matéria de improbidade administrativa prevista na Lei n. 8.429/92 antes da alteração legal operada pela Lei n. 14.230/21.....	127
4	O Acordo de Não Persecução Cível - ANPC na LIA.....	132
5	Entre o demandismo e a resolutividade: o desafio para o Ministério Público na aplicação da Lei de improbidade administrativa.....	135
6	Considerações finais.....	137
	Referências.....	138

A CONFISSÃO COMO REQUISITO PARA CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL (ANPC): CONTROVÉRSIAS E POSSIBILIDADES.....	141
--	-----

Cristiana Fortini | Mariana Bueno Resende

1 Introdução.....	141
2 A evolução legislativa e a consolidação da atuação consensual da Administração Pública.....	143
3 A Lei n. 14.230/2021 e o Acordo de Não Persecução Cível (ANPC).....	147
4 Confissão no âmbito dos acordos celebrados com a Administração Pública.....	153
5 Considerações finais.....	159
Referências.....	160

POSSIBILIDADE DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DA REFORMA DA LEI DE IMPROBIDADE E OS REFLEXOS DA COLABORAÇÃO PREMIADA.....	163
---	-----

Maracélia Lima de Oliveira

1 Introdução.....	163
2 Da consensualidade no direito de <i>ultima ratio</i>	163
3 Da evolução da justiça penal negocial.....	165
4 Da possibilidade dos acordos em casos de improbidade.....	167
Referências.....	169

ALÉM DOS NÚMEROS: DESAFIOS DO ACESSO À INFORMAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE SOCIAL NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS.....	173
---	-----

Renata Fabris Pinto Gurjão | Cleice de Pontes Bernardo

1 Introdução.....	173
2 Referencial teórico.....	174
2.1 A participação popular nas atividades estatais como garantia ao Estado Democrático de Direito.....	174

2.2 As perspectivas de controle das contratações na Nova Lei de Licitações e Contratos	176
3 Metodologia	179
4 Desbravando as encruzilhadas para o acesso à informação pelo cidadão.....	180
4.1 Avaliação da aderência aos vetores do controle social pela gestão pública.....	180
4.2 Avanços e retrocessos para a gestão pública com a utilização do processo eletrônico	183
4.3 Desafios para o exercício do direito de petição nos processos eletrônicos.....	186
4.4 Controle de acesso pelo ente estatal a processos licitatórios e contratos administrativos.....	187
5 Considerações finais.....	189
Referências.....	189

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: PROBLEMAS QUE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES NÃO RESOLVEU	193
--	-----

Vanice Regina Lírio do Valle

1 Considerações iniciais.....	193
2 A matriz lógica das contratações públicas na visão da administração	194
3 A matriz lógica das contratações públicas na visão do virtual contratado	197
4 Oportunidades perdidas pela Lei n. 14.133/2021 no campo das contratações públicas.....	199
5 Conclusão	201
Referências.....	202

**A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E
ADVOCACIA ESPECIALIZADA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO203**

Fernanda Ghiuro Valentini Fritoli

1	Introdução.....	203
2	A contratação de serviços de consultoria e advocacia pela Administração Pública por profissionais externos.....	204
3	Da inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços de consultoria e advocacia pela Administração Pública	207
4	Da análise da regularidade da contratação de serviços de consul- toria e advocacia pela administração por inexigibilidade de licita- ção	213
5	Conclusão	216
	Referências.....	218

	Índice alfabético.....	221
--	------------------------	-----

O NOVO REGIME DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: O QUE MUDA NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/2021?

ASSUSETE MAGALHÃES | GRACE ANNY DE SOUZA MONTEIRO

A VISÃO DELAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SUSTENTÁVEL

MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO

SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA DAS CIDADES: A UTILIZAÇÃO DE MECANISMOS DE FOMENTO EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ADRIANA RICARDO SCHIER | LÍGIA MARIA SILVA MELO DE CASIMIRO
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL E SEU PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

CÂNDRICA MADALENA SILVA | DÉBORA HONORATO DE SOUZA ALVES

A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E SEUS REFLEXOS : ALTERAÇÕES RELEVANTES DA NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

ANA MARIA BARATA

O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL: ENTRE O DEMANDISMO E A RESOLUTIVIDADE EM IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. UM NOVO OLHAR PARA A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

TÂMERA PADOIN MARQUES MARIN

A CONFISSÃO COMO REQUISITO PARA CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL (ANPC): CONTROVÉRSIAS E POSSIBILIDADES

CRISTIANA FORTINI | MARIANA BUENO RESENDE

POSSIBILIDADE DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DA REFORMA DA LEI DE IMPROBIDADE E OS REFLEXOS DA COLABORAÇÃO PREMIADA

MARACÉLIA LIMA DE OLIVEIRA

ALÉM DOS NÚMEROS: DESAFIOS DO ACESSO À INFORMAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE SOCIAL NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS

RENATA FABRIS PINTO GURJÃO | CLEICE DE PONTES BERNARDO

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: PROBLEMAS QUE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES NÃO RESOLVEU

VANICE REGINA LÍRIO DO VALLE

A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ADVOCACIA ESPECIALIZADA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

FERNANDA GHIURO VALENTINI FRITOLI

ISBN 978-65-5765-226-8



9 786557 652268



ithala.com.br

<https://www.ithala.com.br/produto/novas-perspectivas-para-uma-administracao-publica-sustentavel-a-visao-delas-em-homenagem-a-ministra-assusete-magalhaes/>